



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Samy Wurman

Segunda Câmara

Sessão: **30/8/2016**

66 TC-000385/026/14 CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Altinópolis.

Exercício: 2014.

Prefeito(s): Marco Ernani Hyssa Luiz.

Período(s): (01-01-14 a 13-07-14), (13-08-14 a 21-09-14) e (04-10-14 a 31-12-14).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeito - Roberto José de Oliveira.

Período(s): (14-07-14 a 12-08-14) e (22-09-14 a 03-10-14).

Advogado(s): André Wilker Costa (OAB/SP nº 314.471), Antonio Carlos de Souza (OAB/SP nº 205.569) e Roberta Freira Romito de Andrade (OAB/SP nº 240.671).

Acompanha(m): TC-000385/126/14.

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-6 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-6 - DSF-I.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	25,75%	(25%)
FUNDEB	100,0%	(95%~100%)
Magistério	63,15%	(60%)
Pessoal	40,61%	(54%)
Saúde	23,10%	(15%)
Transferências ao Legislativo	3,47%	(7%)
Receita Prevista	R\$52.946.428,40	
Receita Realizada	R\$60.499.222,60	
Execução orçamentária	Superávit→ 1,76%	
Execução financeira	Superávit	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Regular	
Encargos sociais	Regular	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Relatório

Em exame, as **contas** prestadas pela **Prefeitura do Município de Altinópolis**, relativas ao exercício de **2014**, que foram fiscalizadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Ribeirão Preto (UR-6).

No relatório de fiscalização, de fls. 17/52, foram anotadas as seguintes ocorrências:

Planejamento das Políticas Públicas

- peças de planejamento precárias tendo em vista que os Programas e Ações Governamentais relacionadas na LOA não permitiram a avaliação e compreensão das realizações pretendidas pelo Executivo Municipal de Altinópolis; abertura de créditos suplementares com base nas autorizações contidas na LOA em percentual superior à inflação do período.

Do Controle Interno

- falta de regulamentação do sistema de controle interno e de segregação de funções (o responsável pelo Controle Interno ocupa cargo em comissão, além de ser também o responsável pelo Setor de Contabilidade).

Resultado da Execução Orçamentária

- insuficiente planejamento orçamentário.

Análise Operacional da Arrecadação Municipal

- quadro de pessoal da fiscalização tributária se mostrou insuficiente para a demanda vigente no Município, demonstrando falta de efetividade em sua ação fiscalizatória; ausência de atualização da Planta Genérica do Município e do Cadastro Imobiliário do Município.

Dívida Ativa

- falta de adoção das regras previstas na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e afronta aos princípios da transparência e da evidenciação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

contábil; ausência de registro contábil da atualização e correção monetária e de registro contábil de provisão para perdas em Dívida Ativa.

Demais Aspectos Relacionados à Educação

- cumprimento parcial das atribuições das competências do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB; o índice do IDEB de 2013 esteve abaixo do projetado.

Iluminação Pública

- os recursos da CIP (Contribuição para Custeio da Iluminação Pública) são compensados pela concessionária de energia elétrica com as faturas das contas de iluminação pública; ausência de comprovação dos valores arrecadados com a cobrança da CIP.

Encargos

- ausência de recolhimento do valor da contribuição patronal sobre o auxílio-doença ao RPPS (Regime Próprio).

Bens Patrimoniais

- falta de realização do levantamento geral dos bens móveis e imóveis; inconsistências entre os sistemas contábil e patrimonial.

Falhas de Natureza Formal

- contratação de show artístico (Inexigibilidade de Licitação nº 04/2014) não se deu diretamente com os profissionais ou através de empresário exclusivo da dupla contratada.

Execução Contratual

- falta de pagamento integral pela Prefeitura Municipal de obra contratada e já concluída (Contrato nº 11/2014).

Cumprimento das Exigências Legais

- ausência da divulgação, em sua página eletrônica, do Parecer Prévio deste Tribunal de Contas e dos balanços, RGF



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

e RREO referentes ao 6º bimestre/3º quadrimestre/2014.

Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP

- falta de fidedignidade nas informações prestadas ao Sistema AUDESP (Cadastro de Pessoas) relativamente aos períodos de afastamento do Sr. Prefeito Municipal, bem como da movimentação dos cargos de Secretários Municipais.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- atendimento parcial das recomendações exaradas por esta Corte de Contas.

Após notificação por despacho publicado no DOE de 10/12/2015, os responsáveis pelas presentes contas, Sr. Marco Ernani Hyssa Luiz e Sr. Roberval José de Oliveira, apresentaram as justificativas de fls. 61/113, que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 114/283, nas quais noticia o saneamento de algumas e contesta outras.

Instada, Assessoria Técnica, do ponto de vista econômico (fls.288/289), considera que as falhas relativas a sua esfera de atuação foram superadas e não se mostram com força suficiente para macular as contas.

Verifica que foram bons os resultados contábeis obtidos pela Municipalidade (superávits orçamentário, financeiro e econômico; situação patrimonial positiva; investimento de 22,21% da RCL; liquidez para os compromissos de curto prazo; diminuição do endividamento de longo prazo).

Conclui pela emissão de parecer **favorável** à aprovação da matéria em exame.

Assessoria Técnica, sob o aspecto jurídico (fls. 290/295), tendo em vista que foram cumpridos os quesitos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

que norteiam esta Corte na apreciação da matéria em exame, manifesta-se pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas, sem embargo de recomendações, conclusão que foi endossada por sua Chefia (fls.296).

O Ministério Público de Contas, em parecer lançado às fls. 297/301, devido às inconsistências relativas às alterações orçamentárias e a ausência de quitação integral da contribuição patronal sobre o auxílio-doença ao RPPS, opina pela **desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Altinópolis, com as recomendações propostas e sugestão de abertura de autos específicos (contratação de shows artísticos por inexigibilidade licitatória).

No encerramento da instrução, o interessado ingressou com "Memoriais" de julgamento (TC-20349/026/16).

Subsidiou o exame dos autos o acessório TC-385/126/14 (acompanhamento de gestão fiscal).

Contas anteriores:

2011 - TC-001255/026/11 - Desfavorável;

2012 - TC-001844/026/12 - Desfavorável; e

2013 - TC-001912/026/13 - Favorável, com recomendações.

É o relatório.

Alns



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-000385/026/14

Após análise dos elementos que constam dos autos, não vejo motivos para dissentir da conclusão favorável externada pelos órgãos técnicos da Casa.

Embora tenham ocorrido alterações orçamentárias, estas não causaram desajuste fiscal (o resultado orçamentário foi superavitário; situação financeira, econômica e patrimonial todas positivas; liquidez para os compromissos de curto prazo; diminuição do endividamento de longo prazo), não impactando orçamentos futuros.

Mesmo assim, a Administração Municipal deve aprimorar o seu processo de planejamento, intensificando seus esforços a fim de produzir um projeto de lei orçamentária na conformidade das regras instituídas pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 4.320/64, de forma a não comprometer os orçamentos futuros.

No mais, os autos revelam que o Município cumpriu seu dever com a educação ao aplicar **25,75%** da receita de impostos e transferências na **educação básica**, atendendo dessa forma ao que dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Dos recursos provenientes do **FUNDEB**, parcela equivalente a **63,15%** foi destinada à **valorização do magistério** tendo aplicado no exercício sua totalidade, cumprindo-se, dessa forma, as regras instituídas pela Lei Federal nº 11.494/07.

Demais disso, o Município aplicou nas ações e serviços de **saúde** o equivalente a **23,10%** da receita de impostos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

atendendo, pois, ao artigo 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados pelos Municípios no setor.

As **despesas com pessoal e reflexos**, embora tenham superado o limite prudencial, ficaram no limite máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que correspondentes a **40,61%** da receita corrente líquida.

Os encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP) foram devidamente recolhidos.

Sobre a falta de recolhimento do valor da contribuição patronal sobre o auxílio-doença ao Regime Próprio, conforme ressaltou ATJ (fls.292), a matéria encontra-se "sub judice". Assim, deverá a fiscalização acompanhar o assunto até o deslinde final da questão.

Os repasses à Câmara Municipal não ultrapassaram o limite máximo constitucional, tendo sido suficientes para cobertura das despesas do Legislativo.

Em relação aos precatórios, de acordo com as informações de fls. 36, o Município depositou o valor referente ao Mapa Orçamentário de Precatórios de 2014 na conta corrente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No tocante aos subsídios dos agentes políticos, constatou a fiscalização não terem ocorrido pagamentos imerecidos.

Os resultados orçamentário, financeiro e econômico e o saldo patrimonial obtidos em 2014 foram todos positivos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Verifica-se a realização de investimentos na quantia de R\$12.264.182,83, equivalente a 22,21% da RCL (R\$55.219.193,33).

No final do exercício, dos 1990 cargos existentes (1923 cargos efetivos e 67 em comissão), 686 encontravam-se ocupados, sendo 633 por servidores efetivos e 53 comissionados.

Os serviços de abastecimento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, e os de coleta e disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são executados todos de forma direta pelo Município.

Justificativas para as impropriedades anotadas no relatório de fiscalização foram apresentadas pela defesa, que noticia o saneamento de algumas e contesta outras.

Feitas essas considerações, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Altinópolis**, relativas ao exercício de **2014**.

Determino que a matéria relativa à Inexigibilidade de Licitação nº 04/2014 seja analisada em autos próprios.

À margem do parecer, determino ainda:

- a expedição de ofício à origem com as seguintes recomendações, além da retromencionada a respeito do orçamento: a) aprimore seu planejamento orçamentário; b) adote providências visando à implantação de ações urgentes para obter melhores resultados na área da educação; c) observe as disposições da Lei nº 8.666/93, quando da realização de licitações e contratos; d) atenda as disposições contidas nas recomendações desta Casa; e e)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

evite as impropriedades anotadas na instrução processual, bem como as falhas de encaminhamento de informações ao Sistema AUDESP; e

- à fiscalização, averiguar na próxima inspeção a efetivação das várias providências noticiadas nos itens "Do Controle Interno", "Análise Operacional da Arrecadação Municipal", "Dívida Ativa", "Iluminação Pública", "Encargos" e "Bens Patrimoniais".

Esta decisão não alcança os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

É como voto.